

APRESENTAÇÃO

Nesta edição, além de apresentar os artigos que compõem este número, me despeço do cargo de editora da Revista Brasileira de Segurança Pública. Foram dois anos de intenso trabalho e muito aprendizado. Jamais olharei para um texto em uma Revista da mesma maneira. Por detrás de qualquer publicação, há muitas pessoas envolvidas, milhares de e-mails que aguardam resposta, autores ansiosos pela avaliação de seus trabalhos, pareceristas que contribuem sem receber nada em troca, revisores e diagramadores que viram a madrugada para entregar o resultado no prazo sempre apertado que estabelecemos. Poderia descrever este percurso por mais trinta páginas. Mas a minha proposta aqui é tão somente agradecer a dedicação de todas essas pessoas, com especial destaque para o David Marques e Isabela Sobral, que sobreviveram as nossas reuniões semanais e à loucura que a tarefa de editores assistentes impõe.

Neste percurso de dois anos, organizamos três dossiês, apesar de termos conseguido publicar integralmente apenas um deles (cuja segunda parte está nesta edição). Os próximos dois serão veiculados nas edições de 2020, juntamente com os artigos que encontram-se atualmente em avaliação em nosso fluxo contínuo. Aproveito o ensejo para agradecer imensamente o apoio dos nossos convidados nesta empreitada temática. Às nossas editoras (Valéria Oliveira, Flávia Xavier, que organizaram o dossiê de violência nas escolas; Fernanda Vasconcellos e Izabel Nuñez, que organizaram o dossiê de sistema de justiça) e aos nossos editores (Geraldo Zahran e Filipe Mendonça, que organizaram o dossiê sobre intervenção federal e relações internacionais e Rodrigo Azevedo, que organizou o dossiê sobre segurança pública e justiça criminal) toda gratidão pelo trabalho hercúleo de organizar esses dossiês, que nos ajudaram a refletir sobre temas pungentes no Brasil contemporâneo e trazem para a revista novos autores, leitores e pareceristas.

Nesta edição publicamos cinco artigos do fluxo regular, seis artigos temáticos sobre violência nas escolas¹ e uma nota técnica, perfazendo um total de doze textos. A grande novidade deste volume é a inserção de dois textos em língua estrangeira, algo cada vez mais exigido pelo sistema de qualificação de periódicos vigente em nosso país, que nos impulsiona para patamares mais elevados de internacionalização. O acréscimo de artigos em outros idiomas implica em trabalho adicional de toda equipe e dos autores, que muitas vezes precisam contar com uma dose extra de paciência para que todos os pedidos de revisão sejam adequadamente respondidos. Estamos certos que a divulgação desses estudos em inglês e espanhol colaborará para que a Revista ganhe outros horizontes, o que reverberará em novos debates sobre questões que nos parecem pouco problematizadas em nosso campo.

Abrimos o segundo volume de 2019 com o texto de Marina Balestrin Kobielski, que aborda como o Poder Judiciário passou a incorporar, desde os anos 1980, o discurso punitivista disperso em algumas camadas de nossa sociedade. Esse debate não poderia ser mais oportuno, num momento em que um antigo membro do Poder Judiciário ocupa o cargo de Ministro da Justiça com um discurso bastante semelhante àquele detalhado pela autora. Inclusive, sua análise nos ajuda a entender as razões para o investimento maciço na propaganda do pacote anticrime proposto por essa pasta, algo recentemente rechaçado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).²

O artigo de Jaseff Razieli Yauri Miranda reforça essa perspectiva, contestando como determinados discursos entranham as instituições que compõem o sistema de segurança pública, direcionando a sua ação. Neste

¹ Não detalhados neste texto porque contam com uma apresentação própria.

² Neste sentido, ver: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/jotinhas/tcu-mantem-suspensao-de-propaganda-do-pacote-anticrime-de-moro-09102019, acesso em 19 de outubro de 2019.

caso, o foco desloca-se do Judiciário para as Polícias, cada vez mais contaminadas pela linguagem jurídica e pela lógica militarista, o que contribui para o distanciamento dessas agências da missão de prevenção ao crime e preservação da vida. Suas atribuições passam a ser entendidas como reprimir violentamente qualquer crime e enquadrar o que ocorre na sociedade dentro das molduras estabelecidas pelo Código Penal, ainda que tais tarefas não reverberem em uma sociedade mais segura.

O texto de autoria de Mônica de Melo Freitas e Ivone Freire Costa aborda como o discurso estrutura a cooperação técnico-militar e técnico-policial entre Portugal, Brasil e Angola. Além de uma extensa revisão das normas técnicas vigentes nesta seara nos três países, as autoras mobilizam conceitos sociológicos próprios à análise argumentativa, para indicar como as conexões entre políticas públicas operam muito mais no plano discursivo do que na dinâmica operacional, mesmo quando a barreira do idioma não parece existir. O discurso se torna uma espécie de teto de vidro, que apesar de não ser visível a todos, faz com que boas ideias não consigam reverberar em práticas inovadoras, sobretudo, no que diz respeito à replicação de ações gerenciais mais efetivas na área de Defesa e de Segurança Pública. Por isso, apesar do interesse, a institucionalização da cooperação do Brasil com Portugal e Angola é um desafio, razão pela qual os avanços e retrocessos do Aglomerado Lusófono de Polícias permanecem como objeto de estudo para as autoras.

O quarto artigo do fluxo regular é resultado do trabalho coletivo de vários pesquisadores (Lauro César Bezerra Nogueira, Carlos Rangel Pereira Vieira, Bianca Alencar Vieira e Adriano David Monteiro). Este texto escrutina a associação existente entre gastos em segurança pública e criminalidade nos estados da região Nordeste entre 2008 e 2012. O resultado mais importante é a constatação de que, apesar dos gastos, nenhum dos estados da região experimentou decréscimo nas taxas de crime violento. Mais do que a quantidade de dinheiro alocado na função “Segurança Pública”, o que contribui para a redução do delito é a eficiência na implantação de ações que foram avaliadas como capazes de reduzir a criminalidade. Exatamente por isso, os autores sugerem que os investimentos neste setor sejam melhor planejados, em termos de quais ações serão implementadas, como elas serão avaliadas e quais são as evidências existentes acerca dos resultados esperados.

Infelizmente, como indicam os textos que abrem esse volume, o discurso punitivista previne o uso da ciência como fio condutor das políticas públicas de segurança, as quais se tornam cada vez mais respostas emocionais aos problemas públicos do que intervenções aptas a gerar algum resultado. É exatamente neste sentido que o último artigo do fluxo regular aponta.

Apesar de a pauta da segurança pública dominar cada vez mais as candidaturas de prefeitos do Rio Grande do Sul, sendo um elemento determinante na eleição do candidato, as ações implementadas pelo poder executivo municipal estão longe de garantir os resultados prometidos nos debates televisivos. A análise realizada por Luiz Antônio Bogo Chies evidencia que a prática cotidiana das prefeituras gaúchas se traduz num jogo “repleto de contradições entre o tradicional-repressivo e o preventivo-cidadão”, com força para o discurso repressivo, aquele que também contamina o Poder Judiciário e as polícias.

Fechando o fluxo regular, temos a nota técnica de Kayan Acassio da Silva sobre a viabilidade da municipalização por meio das ações da Guarda Municipal. Neste caso especificamente o maior desafio é evitar o mimetismo com as Polícias Militares, cujo desafio da reforma rumo a modelos menos militares permanece como uma das adversidades da nossa frágil democracia.

Em conjunto, os artigos desta edição nos dão amostras inequívocas de como as instituições públicas estão cada vez mais voltadas para o público interno, isto é, para os seus próprios membros, pouco importando a

efetividade de suas ações em termos de garantia da segurança a todos os cidadãos brasileiros ou redução efetiva da violência. Gastamos cada vez mais com a função segurança pública para responder aos clamores por maior punição, mesmo assim as taxas de crime continuam em patamares extremamente elevados. A ausência de preocupação com a eficiência das ações – para além de garantir a vitória nas eleições – é um desafio que precisamos enfrentar se quisermos alterar o padrão de criminalidade que persiste em todo o país, em que pese o recente declínio das taxas de homicídio.³



A partir de agora o comando da RBSP estará a cargo da professora Paula Poncioni, que já assume o desafio de conduzir a próxima edição. Com toda certeza, ela guiará a revista a novos padrões de qualidade, que permitirão a indexação do periódico em importantes bases de dados, algo que infelizmente ainda não conseguimos avançar. Despeço-me, assim, ciente de que temos um longo caminho a percorrer na criação de pontes entre academia e políticas públicas de segurança para a construção de um país mais seguro.

Ludmila Ribeiro

Editora-Chefe

³ Neste sentido, ver: <https://www.americasquarterly.org/content/reducing-homicide-brazil-insights-what-works>, acesso em 19 de outubro de 2019.



REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**